



JUVENTUDE(S) E MODERNIDADE: uma aproximação ao debate

YOUTH AND MODERNITY: an approach to the debate

Wellington Mulato Da Cunha
Universidade Estadual Do Ceará (UECE)
Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra
Universidade Estadual Do Ceará (UECE)

RESUMO:

O presente trabalho visa analisar a construção histórica e cultural da categoria juventude (s) na modernidade, com foco no processo de sua criação e recriação como modelo cultural, o qual passa a ser buscado e desejado socialmente por todos, sobretudo, no contexto de expansão e difusão da indústria cultural e da cultura da mídia. Para tanto, aborda a juventude como categoria determinada por condicionantes históricos, econômicos e socioculturais (classe, gênero, raça), que a configuram de forma múltipla e diversa, portanto, juventudes no plural. Considerando as diversas formas de abordagem e as dificuldades de definição, bem como as diferenciadas e, por vezes, antagônicas conceituações, conclui-se que a (s) juventude (s) encontra-se em imbricação profunda com a realidade social em que se inserem os/as jovens como sujeitos, remetendo a transformações constantes, muito embora sejam identificadas representações e simbologias recorrentes na construção histórica desta categoria.

Palavras-chave: Juventudes. Modernidade. Indústria Cultural

ABSTRACT:

This work aims to analyze the historical and cultural construction of the category of youth (s) in modernity, focusing on the process of its creation and recreation as a cultural model, which is sought and desired socially by all, especially in the context of expansion and diffusion of the cultural industry and media culture. Therefore, it addresses youth as a category determined by historical, economic and socio-cultural conditioning factors (class, gender, race), which configure it in a multiple and diverse way, therefore, youth in the plural. Considering the different forms of approach and the difficulties of definition, as well as the differentiated and sometimes conflicting conceptualizations, it is concluded that the youth (s) is deeply involved with the social reality of which they belong referring to constant transformations, although recurring representations and symbologies are identified in the historical construction of this category.

Keywords: Youth. Modernity. Cultural Industry.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a construção histórica e cultural da categoria juventude (s) na modernidade, por meio de uma revisão de literatura que busca apreender os sentidos e significados atribuídos a tal categoria em meio às transformações socioculturais que afetam as sociedades modernas. Para tanto, busca contextualizar as abordagens, considerando as dificuldades de definição que a circundam.

Nesse sentido, pressupõe que as construções acerca da (s) juventude (s) são condicionadas pelos limites e possibilidades vigentes em cada contexto histórico e cultural. Ademais, considera como marco dessas construções a modernidade, pois é nesse horizonte que se verifica não só a criação da juventude como categoria social, mas um fenômeno histórico mais complexo: a sua elevação a modelo cultural, que passa a ser buscado, desejado e até mesmo exigido para todos, independentemente da idade e da condição social dos indivíduos.

A caracterização da juventude na literatura aqui analisada apresenta elementos comuns que se desdobram de forma complementar e até contraditória. São atributos construídos historicamente, que se consolidam como um modo de ser específico, o qual passa a ser construído com base na diferenciação em relação aos universos da infância e da vida adulta, chegando a constituir-se como “cultura própria”.

Deste modo, dar-se-á importância a elementos diversos – cultura, modo de produção e indústria cultural –, considerados primordiais para uma compreensão da juventude em sua multiplicidade, portanto, juventudes, não deixando de lado as intersecções tão necessárias ao entendimento, tendo em vista a totalidade do fenômeno analisado.

DESENVOLVIMENTO

2 COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA

Segundo a abordagem proposta por Ariès (1981), a juventude, compreendida como fase específica da vida, tal como a concebemos na atualidade, era um fenômeno inexistente se considerarmos o contexto histórico medieval. Os processos de socialização se constituíam em



moldes bem “excêntricos”, quando equiparados à modernidade, pois não havia uma separação entre o mundo infantil e o adulto, tampouco, entre o público e o privado. A socialização se dava por meio da convivência com os adultos, e o trabalho era iniciado desde cedo. Daí o autor argumentar: “De criancinha pequena ela se transformava imediatamente em adulto jovem [...] [Assim] O desenvolvimento social do indivíduo fazia-se sem grandes rupturas; a fase de transição, portanto, não se destacava enquanto tal” (Ariès, 1981, apud ABRAMO, 1994, p. 5).

Schindler (1996) recupera historicamente esse processo que culminou na criação de um modo de ser peculiar, que gradualmente foi se constituindo e, mais tarde, passou a ser classificado de juventude. Tal processo se dá de forma progressiva, podendo ser identificado ainda no período ligeiramente antecedente às transformações históricas e sociais que demarcam o evoluir da modernidade (Movimento Iluminista, Revolução Industrial, Revolução Francesa, etc).

Nesse período histórico, os sujeitos considerados pertencentes à *classe de idade*¹ que posteriormente passa a ser definida por juventude configuravam sua expressividade em paralelo ao mundo adulto, ora negando-o, ora reafirmando-o, por meio de comportamentos avessos, assentados na desobediência, transgressão e irresponsabilidade. Tais atributos, associadas aos jovens já nesse período, consubstanciaram, por meio da repetição, o desenvolvimento de uma cultura diferenciada da cultura adulta, que servia a fins de pertencimento e distinção. Pertencimento na relação entre os próprios jovens e distinção da cultura adulta. Schindler (1996) aborda ainda as dificuldades de diferenciação entre a juventude e a infância nessa época, pois ambos os termos eram usados como sinônimos.

Deste modo, a juventude foi se configurando como cultura própria em contraponto ao mundo dos adultos, pleiteando sua posição social conforme os jovens alargavam seus espaços de atuação e expressão na vida pública. Schindler (1996) destaca esse processo nos primórdios da modernidade, ao argumentar que o comportamento “desviante” dos jovens do sexo masculino era, além de permitido, também esperado pelos adultos, sendo, por isso mesmo, legitimado socialmente, numa espécie de “infração regulamentada” (SCHINDLER, 1996, p. 68).

Com o avançar da modernidade e a intensificação de espaços, práticas e comportamentos tidos como próprios e “não virtuosos” dos jovens constata-se uma maior

¹ Morin (2003) utiliza este termo para se reportar à juventude e sobretudo à adolescência, considerando que na modernidade entra em curso um processo histórico de demarcação etária, o qual não se acha necessariamente consolidado. Daí a ambivalência do termo, conforme defende o autor.



preocupação dos adultos, no sentido do controle social das supostas transgressões por eles praticadas. Daí Bourdieu (1989) argumentar que a juventude se constitui como objeto de disputa social e simbólica, e os jovens são considerados uma ameaça ao lugar de poder ocupado pelos velhos na estrutura social, sendo associados ao esfacelamento das instituições sociais: um fenômeno que já dava seus primeiros sinais a exemplo de instituições como a igreja e família.

Desordem, transgressão e irresponsabilidade, associados ao gozo da vida, e à rua como grande palco de expressão dos jovens são elementos recorrentes nessa construção da juventude como fase de preparação e aprendizado, tendo em vista a posterior entrada no mundo adulto. No contexto moderno, tais características passam a ser rotineiramente associadas à essa “fase da vida” e aos sujeitos jovens, em particular, do gênero masculino, chegando até a ultrapassar fronteiras espaciais e temporais, apresentando-se de forma recorrente em diversas sociedades. Não por menos, tais elementos atravessam toda literatura situada no campo da sociologia da juventude. Destarte, vale perceber que traços comumente associados aos jovens são construídos historicamente, já sendo perceptíveis num período mesmo ligeiramente anterior à modernidade.

3 JUVENTUDE E MODERNIDADE

A análise dos corolários próprios da modernidade funciona de maneira determinante e, ao mesmo tempo, elucidativa do processo que culminou na criação e, em seguida, ascensão da juventude, na contramão da invisibilidade e indefinição vivenciadas em épocas anteriores. É nesse sentido que Groppo (2000) argumenta sobre a forte correlação entre modernidade e juventude, sendo que os próprios adjetivos comumente relacionados a ambas, inclusive pela publicidade, se repetem: “novidade, a extravagância, a irreverência, espontaneidade, ousadia, rebeldia” (GROPPO, 2000, p. 30).

Nesse processo se destaca, ainda, a ação das ciências modernas, com ênfase na psicologia, ao desenvolver, inicialmente, a compreensão sobre a juventude como fase de transição e preparação com vista à entrada na vida adulta, associada as noções de instabilidade e crise. Sob esse prisma, se justifica o processo de institucionalização da juventude como “etapa da vida” e o controle dos adultos sobre os sujeitos jovens, através do processo de socialização, “mediante a progressiva instituição de um espaço separado de preparação para a



vida adulta.” (ABRAMO, 1994, p. 5) que passa a ser responsabilidade privada, das instituições, a exemplo da família e da escola.

A criação da juventude é resultado também da entrada em cena de um importante agente, o Estado, além de instituições como a escola, o direito, o mundo do trabalho industrial, que, somados desencadearam um fenômeno típico da modernidade, a institucionalização e cronologização das

[...] idades da vida, [que] embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômenos puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade [...] [que]sobretudo redefinem o processo social de cristalização das idades, institucionalizando as diferentes fases da vida por efeito da ação do Estado. (PERALVA, 1997, p. 13/16)

Esse processo de institucionalização assegurava-se pela concepção de juventude vista como objetivação absoluta e natural das etapas da vida. Consequentemente, servia para fins de homogeneização, encobrendo determinantes cruciais, de teor sociocultural, que resultam em diferentes formas de vivenciar a juventude, ou até de não vivenciá-la pelos sujeitos jovens.

Não obstante, os efeitos da cronologização do curso da vida ultrapassam a atuação e interesses das instituições modernas, pois revelam a existência de um grupo de sujeitos que vivenciam um “repertório comum de experiências sociais” (GROPPO, 2000, p. 20), e sob esse marco, possuem processos civilizatórios comuns, podendo ser considerados, a partir do fator geracional, como pertencentes a uma mesma situação social (MARGULIS; URRESTI, 1996). Essa condição comum se desdobra potencialmente no desenvolvimento de uma unidade entre esses sujeitos. Porém, não obrigatória, uma vez constatada a multiplicidade social, própria da contemporaneidade. É deste modo que se justifica o consenso identificado na literatura que tematiza a juventude a respeito da modernidade como marco histórico criador da juventude.

4 A BUSCA POR UMA DEFINIÇÃO E SEUS OBSTÁCULOS

Nas construções iniciais acerca da juventude nas ciências sociais e humanas sobressaem as abordagens funcionalistas, que destacam o problema da integração e do desajustamento dos sujeitos jovens à ordem social instituída, a exemplo, também, da



psicologia, mediante um enfoque biopsicologizante ancorado em uma concepção de juventude reduzida à adolescência, na qual prevalece o critério etário, associado ao desenvolvimento biológico e psíquico dos indivíduos.

A juventude como categoria moderna, cuja elaboração se dá em meio ao pleno desenvolvimento das ciências humanas e sociais, tem sido objeto de disputas constantes entre as diversas correntes teórico-metodológicas no campo da produção do conhecimento, perpassando, também, os debates contemporâneos sobre a crise dos paradigmas, o que contribui para as dificuldades de definição desta categoria.

Ademais, os sujeitos jovens, por meio de suas culturas diversas, tem sido objeto de estudo das ciências modernas, em especial sociologia e antropologia, que já destacaram a sua heterogeneidade. Atualmente, ganha mais espaço, uma sociologia crítica, na qual a juventude passa a ser tratada e compreendida em sua diversidade, destacando-se os diferentes modos de vivenciá-la e experimentá-la em contextos históricos, econômicos, culturais e sociais particulares e concretos. O olhar analítico sobre a categoria aqui tratada toma novos rumos. Então, consubstancia-se o uso do termo juventudes, como categoria histórica, instável e dinâmica, procurando distanciá-la de concepções que resultem em análises homogeneizadoras e/ou biopsicologizantes.

Nessa perspectiva, Groppo (2000) defende uma abordagem teórica que toma a juventude como uma categoria social. Tal definição, por si própria, contém uma visão multidimensional acerca da temática. Assim, a juventude ganha o status de “representação sócio-cultural” e ao mesmo tempo “situação social” específica vivenciada por determinados sujeitos (GROPPO, 2000). Passa a ser uma criação simbólica significativa de um determinado modo de ser.

O conceito de juventudes está aparentemente consolidado, pelo menos quando se analisa a sociologia dita crítica. Entretanto, esse processo não faz desaparecer e nem chega a negar outras abordagens. Nessa direção, Groppo (2000, p. 10) sustenta que no campo da sociologia da juventude “Em geral, [as análises] combinam o critério etário não relativista e o critério sociocultural relativista”, podendo ser traduzidas por *corrente geracional* e *corrente classista*, respectivamente (PAIS, 1993, apud CORDEIRO, 2009, p. 44). A primeira toma como critério a fase etária e, a segunda, as determinações históricas e estruturais.

5 JUVENTUDES COMO MODELO CULTURAL



Além das dificuldades de definição, a modernidade eleva a juventude não só a sujeito político, mas a modelo cultural associado às necessidades das sociedades capitalistas de consumo. Sendo que, em termos gerais, a ideia do jovem identificado como sujeito potencial de transformações sociais tende a ser encoberta, ou secundarizada pela visão do jovem como consumidor e força de trabalho. É deste modo, pois, que se constata a construção desta categoria situada e condicionada pelo modo de (re) produção capitalista

Este processo está intimamente relacionado com a intervenção da indústria cultural, ao alçar a juventude ao patamar de modelo cultural, universalmente disseminado, ao ponto de ser imposto socialmente, sendo desejado e esperado por todos, independentemente de qualquer estratificação, seja ela econômica, política ou geográfica (MORIN, 2003). Os jovens como parcela da sociedade solidificam sua posição ao conquistarem notória autonomia no seio da sociedade e da família, inclusive financeira. Com isso, transformam-se em fatia do mercado consumidor, a mais generosa delas, desde a segunda metade do século XX, com a expansão da indústria cultural e de um mercado específico voltado para os jovens.

Nessas condições, é criado o mais potente consumidor e mais lucrativo produto-signo (KEHL, 2004), o jovem. É a partir daí que a juventude ganha dimensões universais e se estende tanto em abrangência como em período. Firma-se como cultura adolescente-juvenil própria. Essa criação não se dá a partir de elementos inéditos, mas de velhos atributos, porém internalizados, perdendo sua qualidade temporária, deixando de ser “atributos de finais de semana” (MORIN, 2003), para assumir o traço da permanência.

A atuação da indústria cultural serviu também a fins de coesão e identificação entre os próprios jovens, que através do cinema, por exemplo, se viram representados e partilharam de formas comuns de socialização e construção de subjetividades, contribuindo para o fortalecimento e difusão de uma “cultura jovem”. Concomitantemente sua cultura passa a ser encarada ora como subcultura, ora como contracultura (MORIN, 2003). O primeiro termo refere-se ao fato da cultura juvenil pertencer a uma cultura maior, que é a cultura da sociedade geral, em outros termos, da cultura de massas. O segundo já diz respeito as formas e posições que esta assume em relação àquela, no caso, de contestação.

É desta forma que se pode compreender o imbricamento entre juventude e cultura de massas, destacado sobretudo a partir da década de 1950, com o advento da TV. Todavia, essa relação se apresenta “complexa” e “ambivalente”, parafraseando Morin (2003). Isto se dá em consequência de um movimento paradoxal tanto no tocante ao desenvolvimento da indústria



cultural, que se dá incluindo parte da cultura juvenil, classificadas pelo autor em questão por “função paramilitante” (MORIN, 2003, p. 133), quanto em relação aos hábitos e valores adolescente-juvenis, ao atenderem aos interesses mercadológicos e, ao mesmo tempo, negá-los. Ao citar Guattari, Cordeiro (2009) explicita bem essa dialética:

Embora esmagadas nas relações econômicas dominantes [...] e mentalmente manipulada pela produção de subjetividade coletiva da mídia, nem por isso deixa de desenvolver suas próprias distâncias de singularização com relação à subjetividade normalizada (GUATTARI, 2003, p. 14, Apud CORDEIRO, 2009, p. 50)

6 JUVENTUDE E REVOLUÇÃO

Como extensão de velhos hábitos, já internalizados e associados à juventude, esta passa a ocupar um lugar no imaginário social, configurando-se como um ideal assentado na subversão. Com base nesse ideal todas as juventudes posteriores estão/serão equiparadas, ao ponto de tal característica ser naturalizada e tida como essência juvenil, conforme uma “Ótica que marcou toda a análise e a discussão sociológica das manifestações juvenis” (ABRAMO, 1994, p. 12).

Esse entendimento é datado, especialmente, a partir da década de 1960, com base em condicionantes sociopolíticas que consolidaram esta década como cenário do *boom* da juventude, na qual esta assume o centro dos debates nas ciências sociais. Decorre daí a ênfase dada à juventude pela sociedade, em vista da preocupação com os processos de continuidade/ruptura, no qual os jovens são considerados o principal agente de transformação e, em razão disso, também considerados perigosos. A atuação juvenil, que anteriormente ocupava posição subalterna ao mundo adulto, assume o protagonismo social.

A relação entre juventude e transgressão remonta a própria criação da juventude, porém, ganha novos contornos quando perpassada pela classe social. Nesse recorte, há uma ligação estreita entre juventude pobre-transgressão-marginalização. Uma visão estigmatizadora na qual aparece “a delinquência juvenil como consequência da pobreza, da ruptura dos laços familiares e também de condições precárias de moradia e lazer, compreendidas como patologias sociais.” (CÉSAR, 1999, p. 4).



7 JUVENTUDE E CONTEMPORANEIDADE

A relação entre juventude e modernidade tardia, ou como querem outros autores, da pós-modernidade (GROPPO, 2011), resultou em transformações notáveis, posto que esse lastro histórico atuou aprofundando e mesmo complexificando determinados atributos tidos como característicos da juventude, porém não necessariamente extinguindo velhas marcas conexas a juventude.

Como agudização de fatores que podem ser considerados constantes, quando o assunto é juventude, com o aprofundamento da modernidade, aparece de modo impetuoso, o prolongamento da juventude, que se estende para além da noção de moratória social², tornando-se, assim, ainda mais indefinida. Tal processo de extensão pode ser associado, em especial, ao movimento de flexibilização do capitalismo e seus desdobramentos nos mais diversos campos da vida, instabilizando as instituições modernas, a exemplo da família, escola, trabalho, operando na desconstrução e efetividade dos antigos rituais de passagem, anteriormente bem demarcados.

É desta forma que o antropólogo Massimo Canevacci (2005) observa a elasticidade do conceito de juventude, contribuindo para a cristalização da juventude em detrimento de outras etapas da vida, principalmente a adulta. O prolongamento deve-se não só a fatores concreto-estruturais, mas também ideo-culturais, e, de todo modo, simbólicos. O autor acrescenta, dizendo:

Elemento caracterizador da contemporaneidade é a extrema incerteza, a imprecisão, a instabilidade em definir a percepção de si e do outro sobre o ser “jovem”. A passagem da juventude ao mundo dos adultos tornou-se algo indeciso, uma espécie de zona cinzenta e lenta que se pode atravessar ou dilatar pelo sujeito. (CANEVACCI, 2005, p. 29).

Ainda sobre a relação entre indústria cultural e juventude, pode-se inferir que esta é coisificada, convertida em símbolo, ou o inverso. A juventude é homogeneizada, massificada, reduzida a estética, sendo “recodificada como ‘juvenildade’, isto é, torna-se um ‘signo’, esvaziado de sentidos autênticos produzidos pela vivência social concreta” (GROPPO, 2011, p. 13). Um dos intuitos é alcançar patamares universais, associados a identidade de consumidores.

² Juventude entendida como transitoriedade, encarada como período de preparação, amadurecimento, adaptação com vista à entrada no mundo adulto, sendo este encarado como distinto e complexo (Calligaris, 2009).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Todavia, tais fatores devem ser cuidadosamente considerados sob o risco de condenar a categoria juventude a uma análise restrita a dimensões unívocas, perdendo de vista dimensão de sua totalidade e, ao mesmo tempo, instabilidade. O que seria fruto de uma visão reduzida à ótica culturalista. (MARGULLIS; URRESTI, 2008).

Tendo em conta essa preocupação, entendida como fundamental, Margullis e Urresti (2008) trazem reflexões por demais necessárias, ao tratarem a juventude como categoria histórica, perpassada por condições materiais que a particularizam e diversificam. Por conseguinte, na contramão da exacerbação da juventude como mero signo, o que pode ser traduzido da seguinte forma:

Como puede suceder en algunos enfoques culturalistas, cuando el aspecto signo invade La totalidad de un fenómeno social, ló fragmenta y, por ende, ló empobrece. La juventud, como toda categoría socialmente constituída, [...] posee uma dimensión simbólica, pero también tiene que ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos em los que toda producción social se desenvuelve. (MARGULLIS; URRESTI, 2008, p. 17)

Na defesa da juventude para além de uma mera palavra, os autores incorporam no debate a sua pluralidade, demarcada pela classe social e pelo gênero, pouco discutido nas obras analisadas, expressando que a condição de classe e de gênero são significativas no modo de experienciar a juventude, e até mesmo se esta será ou não vivenciada.

Ademais, esses autores complementam a discussão trazendo um aspecto aparente, mas pouco discutido, sendo relegado às fronteiras do subentendido: a moratória vital. Esta se dá em complementação a moratória social e refere-se ao tempo, mesmo cronológico, de prolongamento da vida, tido como excedente, considerado como capital energético, sinal de disposição associado aos jovens. Tal moratória não se constitui como abrangente a todas as juventudes, dado a existência, como apontam os autores, de jovens juvenis, e de indivíduos juvenis, porém não jovens. Fato este que deriva das especificidades adicionadas pela condição de classe social, porquanto, a vitalidade sinônimo do capital vital, de um excedente temporal, se dá também por vias simbólicas, da posse e uso de signos que podem facilmente ser comprados, ao invés de somente conquistados.



CONCLUSÃO

Constata-se, de antemão, a juventude como invenção da modernidade, porém, ressalta-se que essa invenção é resultante de um processo, que se deu progressivamente, mesmo ligeiramente anterior a esse lastro histórico. Contudo, percebe-se a atuação das determinações estruturais, próprias de cada período histórico, como classe social, gênero resultando em distintas formas de se viver a juventude, ou ainda, de sua inexistência. É assim, que, se visibiliza a qualidade instável dessa categoria.

O surgimento da juventude como categoria social se dá em paralelo e, ao mesmo tempo, é fruto da consolidação de sua cultura, marcada por comportamentos incisivos, desviantes, transgressores, subversivos. E por meio desta a juventude escapa da obscuridade, ou mesmo inexistência, e firma sua posição/existência social, sendo que subalternizada ao poder/controle dos adultos.

A relação entre jovens e adultos se caracteriza como conflituosa, seja devido a fatores externos e/ou internos, independente da conjuntura. O contexto pode atuar alterando a causa do conflito, mas não o extinguindo. As disparidades ora se dão constatadas as diferenças, ora as similitudes entre adultos e jovens, quando a juventude se transforma em signo e cristaliza-se em detrimento das outras etapas da vida e papéis sociais.

Sob essa ótica, se percebe o entrelaçamento entre juventude e indústria cultural como dialético. E apesar dos esforços do capitalismo em esvaziar a juventude de significante, reduzindo-a a dimensão da estética, esta resiste e ainda pode ser percebida como alternativa. Todavia, esse entendimento enfrenta ainda como adversário a concepção de juventude como moratória social.

Portanto, a juventude é entendida neste estudo em sua diversidade de vivências e experimentações, compreendendo-a como categoria social. Por isso, transborda a quaisquer análises restritas que conduzam a conclusões simplistas, quando a própria ciência encarregada desse objeto não dá conta de consensos definitivos. Nesse intuito, faz-se necessário a articulação entre fatores diversos, por vezes tidos como antagônicos, como a relação universal-particular, a intersecção de classe, gênero, raça, território, como também culturais e subjetivos.

Deste modo, que a juventude é tida como termômetro de seu tempo ao ser influenciada decisivamente pelos acontecimentos à sua época, desdobrando-se nas múltiplas configurações da mesma.



REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel, **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. Scritta, 1994.
- BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. 1989.
- CANEVACCI, Massimo. **Culturas extremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. Da adolescência em perigo à adolescência perigosa. *Educar em Revista*, n. 15, p. 1-7, 1999.
- CORDEIRO, Denise. **Juventude nas Sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades**, Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.
- GROPPO, Luís Antonio. “Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes”. In: _____. *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, 2011.
- GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Difel, 2000.
- SCHINDLER, Norbert. Os Tutores da Desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna In: LEVI, Giovani; SCHIMITT, Jean-Claude. (orgs) “Introdução”, in: **História dos jovens: da antiguidade à era moderna**. Vol. I. Trad.br. Claudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 7-17.
- KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R. & VANNUCHI, P (org). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. P. 89-114.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Editorial Biblos, 1996.
- MORIN, Edgar. “A crise juvenil: da subcultura adolescente à revolução cultural”, in: **Cultura de massas no século XX**, necrose [1975]. Tra.br. Agenor Soares Santos. Vol. II. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 131-155.
- PERALVA, Angelina. “O jovem como modelo cultural”. In: PERALVA, Angelina Teixeira e SPÓSITO, Marília Pontes (orgs). *Revista Brasileira de Educação: Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, 1997, p. 15-24.